Quinta-feira, 7 de Maio de 2015 I Série A – Número 9

DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018) 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 6 DE MAIO DE 2015

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 20 minutos.

A 3.ª Comissão Especializada Permanente (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública) procedeu à auscultação do Sr. Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (Carlos Vila Nova), no quadro da apreciação conjunta, na especialidade, das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2015. Fizeram uso da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (Carlos Vila Nova) e das Finanças e Administração Pública (Américo Ramos), que responderam às questões, os Srs. Deputados Maria das Neves (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Jorge Correia (PCD), Pedro Carvalho (ADI), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD), Mohamed da Glória (MLSTP/PSD), Salvador Afonso (ADI) e Ivo Mendonça (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 10 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Mário Fernando
José Carlos Cabral d'Alva
Ivo Mendonça da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Maria das Neves Batista de Sousa
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias **Correia**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Dando continuidade aos nossos trabalhos de discussão, na especialidade, das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015, temos entre nós o Ministro das Infra-estruturas.

Sr. Ministro, auscultamos hoje o seu Ministério, no sentido de compreendermos os programas e as medidas que o senhor tem a implementar este ano e o devido enquadramento orçamental. Sabemos que o Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente é uma área vasta, que abarca desde transportes, energia, água e saneamento do meio, por isso, gostaríamos que o Sr. Ministro nos brindasse com as acções e as medidas com que pretende cumprir a meta do Programa do Governo para 2015.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente** (Carlos Vila Nova): — Sr. Presidente e os demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados: Obrigado por me terem dado a palavra e a ocasião de podermos, em conjunto, trabalhar um bocadinho em volta do que serão as medidas e as acções a implementar pelo Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, para este exercício.

As acções espelhadas definem-se, de forma resumida, em acções práticas, sobretudo no domínio da energia, abastecimento de água e das demais acções, embora em amplitude relativamente inferior a essas três que se enquadram em toda a tutela do Ministério. Portanto, essas são as acções do Ministério e elas correspondem, no quadro do Programa de Investimento Público, a uma fatia correspondente a cerca de 43,93%, espelhadas aqui no próprio orçamento, onde está o nosso Ministério.

Assim, de forma resumida, é o que posso dizer, mas eu e a minha equipa colocamo-nos à disposição dos Srs. Deputados para que juntos possamos auscultar o que são os comentários, as sugestões e trabalharmos em conjunto, relativamente ao que espelhamos aqui, conforme a apresentação que foi feita nesta Assembleia, pelo Sr. Primeiro-Ministro, ao apresentar o OGE.

Portanto, estou à disposição, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, sabemos que a questão de água, energia e saneamento é preocupante no País. Todos os distritos e localidades reclamam, os meios são escassos, portanto, tem-se que definir as prioridades e, nessas prioridades, o seu Ministério elencou algumas acções e as suas afectações, conforme as zonas e os distritos, mas não posso deixar de colocar uma questão que para mim é de extrema importância.

É a questão da distribuição e, neste caso, de fornecimento de água à cidade de Santana e arredores. Conhecemos o problema de água no Distrito de Cantagalo. Vejo no orçamento uma verba destinada ao fornecimento de água à Vila de Ribeira Afonso, é um financiamento do BDA, em 3.2 milhões de dólares. Se não estou em erro, esses dois projectos foram assinados no ano transacto, Ribeira Afonso, Santana e arredores, por volta de 7 milhões de dólares, mas neste orçamento não está afectada a questão de água.

Fico estranho, porque nas GOP fala-se de melhoria e acesso à qualidade de água e o seu Ministério quer implementar a aplicação da rede de distribuição de água à população, pondo ênfase no sistema de tratamento, evitando neste caso doenças hídricas e tudo mais.

Em Cantagalo sofremos muito com o problema de água. Escutei a entrevista que o Sr. Ministro deu à RDP-África, num programa em que falavam da questão de água. O senhor disse, na altura, que era necessário voltar a fazer os devidos levantamentos, mas sabemos que os técnicos afectos à Direcção dos Recursos Naturais já tinham feito esses levantamentos, tanto que acreditamos que se a entidade financiadora BDA assinou os acordos e, se não estou enganado, o valor está disponível, esses levantamentos já eram factíveis, no âmbito da sua implementação. A população de Cantagalo, concretamente de Santana e arredores, chora por água.

Por isso, Sr. Ministro, só Ribeira Afonso para este ano? E neste ano será concluído? Porque Ribeira Afonso tem água. O grande problema de Ribeira Afonso é o tratamento e a qualidade da água.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — O Sr. Presidente referiu-se a dois problemas preocupantes em matéria de abastecimento de água. Santana é talvez aquele caso não mais preocupante, mas que conhece um procedimento relativamente mais atrasado, porque trata-se de um grande sistema de abastecimento de água, à semelhança dos outros que se vão implementando pelo País, mesmo pelo tempo de vida suficiente para permitir acompanhar o próprio crescimento da população. Bom, o sistema de abastecimento de Santana ronda o valor que disse, cerca de 7 milhões de dólares, o financiamento também já foi identificado, será do BDA, só que todos esses sistemas conhecem procedimentos próprios antes da sua execução e Santana tem os procedimentos mais atrasados.

No Conselho de Ministros desta semana, está agendado o problema, para que se discuta e haja uma autorização, de forma que seja assinado um acordo que será submetido a esta Assembleia para ratificação e que possamos dar andamento à execução desse sistema.

Gostaria de dizer-lhe que não será executado este ano nem terá início, porque esses procedimentos levam o seu tempo. Isso é assim, a falta de financiamento faz com que não se consiga fazer as coisas. Não vamos dizer que em Santana o sistema estará resolvido, o que lhe posso dizer é que será um sistema que resolverá o problema de Santana e de Água Izé, será um sistema de água de superfície, com estação de tratamento e, se calhar, um dos mais delicados a executar, pelas condições próprias do Distrito de Cantagalo.

Em Ribeira Afonso, é um procedimento que já está praticamente na fase de arranque, terá início ainda este ano. Também chegará a esta Assembleia todo o procedimento administrativo feito ao nível do Governo para que seja assinado. Temos já uma adjudicação praticamente feita, o Governo comprometer-se-á, na parte que lhe toca, neste financiamento, para que se execute essas obras. Será um trabalho que durará cerca de 2 anos e aí também teremos um sistema novo, adequado, com um estação de tratamento e cuja longevidade permitirá acompanhar também o crescimento e atender às necessidades das populações.

Quando se referiu à minha intervenção na Comunicação Social, de facto referiu-se aos levantamentos, mas são projectos. Todos esses projectos são retirados do nosso plano director de água. É um plano director de água que foi actualizado com a ajuda da União Europeia, mas que não foi validado publicamente, porque não se chegou a fazer. Esse plano, como qualquer outro, quando se retira de projectos, é preciso depois adaptá-los no local. Todos os projectos retirados do plano director tinham que sofrer adaptações técnicas, para que então possam ser executados da melhor maneira, o que faz com que haja sempre um ligeiro atraso relativamente à sua execução.

Chamam-nos a atenção para fazer esse procedimento, evitando executar tal como está lá, porque depois não funciona e cria outros problemas. Este era o aspecto a que me referi, que tínhamos que ter esses cuidados, porque está a acontecer em Neves, Ribeira Afonso e Santana não será excepção. Portanto, temos que ter o cuidado de, no local, adaptar o projecto às condições. Temos um problema que tem acontecido, aconteceu em Rio do Ouro, teve-se que corrigir, aconteceu em Obolongo, portanto, todos os sistemas têm esses problemas, razão pela qual alertei para a necessidade de procedermos ao levantamento e adaptar o projecto ao local.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro das Infra-estruturas, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de saudar a todos.

Sr. Ministro, vejo aqui nas Grandes Opções do Plano acções extremamente importantes, identificadas pelo seu Ministério para serem executadas durante este ano.

A questão de porto em águas profundas parece ser consensual, na perspectiva de São Tomé e Príncipe se transformar numa plataforma de prestação de serviços. Julgo que os sucessivos governos e quase todos os órgãos de soberania já constataram que é importante, de facto, é um grande desafio para o País, transformar este país numa plataforma de prestação de serviços e o porto em águas profundas parece ser crucial para esse grande desafio. Vem-se falando desse porto já há algum tempo. O nosso porto

apresentava grandes vantagens competitivas em relação à nossa sub-região, mas à medida que o tempo vai passando essas vantagens competitivas vão-se reduzindo. Quando se começou a falar de porto em águas profundas aqui em São Tomé e Príncipe, não havia ainda na sub-região nenhuma intenção de construção de portos. Hoje já se ouve falar que a Guiné Equatorial vai construir ou está a construir porto em águas profundas; ouve-se dizer que Cabo Verde certamente irá construir e fala-se de países como Camarões. São notícias que chegam e que nos preocupam, porque quanto mais atrasarmos a construção do nosso porto, menos vantagem competitivas terá na sub-região.

Estou a ver que este governo prioriza e aqui fala da edificação do porto em águas profundas, gostaria de saber se estarão criadas as condições, para que de facto se comece a edificar o porto em águas profundas nesta legislatura.

Vejo outras acções aqui plasmadas nas GOP, mas que não consegui descortinar a respectiva dotação orçamental no OGE. Refiro-me à modernização e operacionalização do porto. Fala-se aqui de um porto marítimo na Região Autónoma do Príncipe, mas não vejo no orçamento a dotação orçamental para o efeito, nem para a reabilitação de infra-estruturas portuárias.

Fala-se de modernização e operacionalização do Aeroporto Internacional, expansão da pista, renovação do sistema de iluminação, tudo isso é de extrema importância, nesta perspectiva de desenvolvimento do turismo, mas não vejo a respectiva dotação orçamental neste orçamento.

Além disso, Sr. Ministro, vejo aqui no quadro do orçamento a requalificação da estrada que liga Folha Fede a S. Fenícia, com um valor de cerca de 1 milhão de dólares. A minha preocupação é saber o que é isso de requalificação, tendo em conta que tudo parece indicar que a estrada foi concluída e inaugurada.

Aparece também a estrada de Penha/Correia/Obô Izaquente, com um valor de 15 milhões, que também gostava de obter algum esclarecimento, se são dívidas por pagar, tendo em conta que esse troço também já está concluído.

Eu não vejo neste orçamento, porque já aparecia nos outros, a reabilitação do troço de estrada que dá ao cemitério de Madalena. Para quem passa por Madalena, vê a situação desse troço de estrada que vai até ao cemitério, sobretudo quando chove, é um grande sacrifício para as pessoas transportarem o caixão até ao cemitério. Nos orçamentos anteriores, aparecia a reabilitação desse troço de estrada, mas neste orçamento confesso que não consegui descortinar isso. Gostaria de saber se aparece ou não e, se não aparece, solicito a possibilidade de se incluir esse troço de estrada, pela sua importância para os que utilizam aquele cemitério.

É tudo quanto gostaria de fazer referência nesta minha primeira intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, Sra. Deputada, relativamente ao porto e o aeroporto, são de facto duas infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Acho que todos a nível do País temos consciência do facto, mas todos também temos a noção do que é necessário, em termos de recursos, para implementarmos e executarmos essas obras.

O Governo está profundamente empenhado, tanto no caso do porto como do aeroporto, são infra-estruturas que têm preocupado já há bastante tempo, portanto não é de agora. Vamos continuar a desenvolver todos os esforços no sentido a permitir que se reúnam as condições para que possamos intervir e criar todas as condições para que o porto em águas profundas e o aeroporto conheçam melhorias à altura das necessidades do País, para que se possa alavancar a economia deste país.

São preocupações e há um trabalho todo de equipa que será desenvolvido para que se possa fazer, e estamos a falar, como eu disse há bocado, de infra-estruturas de grande importância e de extrema necessidade para o País.

Em relação à modernização do porto da Região Autónoma, como foi questionado pela Sra. Deputada Maria das Neves, não está, mas é um projecto em que estamos a trabalhar com a União Europeia, no quadro do financiamento regional que existe. Portanto, é uma coisa que já vinha de algum tempo e temos estado a trabalhar ao longo do tempo. Ultimamente, todos acompanharam que, aquando da assinatura do 11.º Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED), foi novamente abordada essa questão e ela está em cima da mesa. É uma questão que se pode resolver para que se possa começar a intervir e criar as condições para o porto do Príncipe, razão pela qual não podia estar no orçamento, porque não estava garantido, mas estamos a trabalhar neste sentido.

Relativamente à estrada de S. Fenícia/Folha Fede, de facto requalificação é o nome que sempre se deu nos sucessivos orçamentos, porque é uma estrada muito antiga em termos de lançamento. É uma estrada que foi iniciada há mais de uma década e em todos os orçamentos sempre tem aparecido «requalificação». De facto, está concluída, mas está no orçamento porque temos que proceder aos pagamentos. Tratou-se de concluir a estrada, mas temos que ir pondo nos orçamentos para que se execute os pagamentos relativos à mesma, porque, não digo que é lamentável, é o nosso Estado, sabemos que é assim, quase sempre há atrasos nos pagamentos de todas as obras e em todas as intervenções que se faz.

A estrada de Obô Izaquente parece que está concluída, mas é uma estrada que está concluída a 90%, ainda faltam cerca de 10% para a sua conclusão, tanto é que, tanto numa obra como noutra, ainda não foram feitas as entregas definitivas. Tanto no caso de S. Fenícia/Folha Fede como no caso de Penha/Obô Izaquente, ainda faltam os sinais e alguns pormenores para se concluir a obra, e é uma obra avaliada em comprimento de cerca de 90%, faltando 10%.

A estrada de Madalena/Cemitério, sim, é algo que vimos, no quadro das prioridades que definiram a construção deste orçamento. Portanto, não foi possível incluir, não quer dizer que se deixou completamente de lado, tudo dependerá da capacidade e da forma como for executado o orçamento. Pode ser que se consiga intervir, porque não é um troço muito grande, mas requer alguma intervenção e pode ser que através do GIME consigamos fazê-lo, mas não havia condições e garantias para incluir no orçamento, portanto, não valia a pena pôr no orçamento e não fazer.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Sr. Presidente, Srs. Ministros e Srs. Deputados: A Sra. Deputada Maria das Neves retirou parte da minha intervenção, no entanto, gostaria de pedir melhor esclarecimento.

O Sr. Ministro respondeu, e bem, que tem que se inscrever ou, pelo menos, dotar no orçamento valores para o pagamento das despesas. Bom, sabemos que efectivamente as obras dessa estrada tiveram início desde 2003, portanto, há 12 anos, que devem ser distribuídos pelos sucessivos governos. Todos temos responsabilidades nestes 12 anos. Se distribuirmos isso, pelas minhas contas, o MDFM/PCD teve 2 anos, o ADI, 3 e 7 do MLSTP/PSD, sendo que dos 7, quatro primeiros-ministros.

Portanto, sabemos como é que isso se desenvolveu ao ponto de chegar aos 12 anos, mas todos temos que assumir. A minha preocupação é, a estrada foi construída e feita a entrega provisória. No entanto, o valor inscrito é o valor para o pagamento na sua totalidade. Bom, pressupõe que construímos uma estrada que não estava inscrita no orçamento. Peço a vossa indulgência para contar uma pequena história, não é cantar uma ladainha para ninguém, porque acho que todos sabem, mas é bom refrescar a memória. Sou daqueles que defendem que quando há oportunidade, deve aproveitar-se, independentemente das nossas leis.

Temos que entender que o País é pobre e quando há oportunidade deve aproveitar-se. Na senda disso, o que é que quero dizer? Em 2007, tivemos cá uma oferta de um determinado país, a pedido do Presidente da República de então, para a construção de uma estrada com cerca de 100 Km. Estamos a falar da Estrada Nacional n.º 2, uma estrada, segundo os serviços, que já tinha o projecto e o orçamento, e custava 35 milhões de dólares. É verdade que quando surgiu essa oferta, pela forma como as obras iniciaram, inquietou um pouco o próprio Ministério e os serviços, mas depois dirigimo-nos ao local para saber o que se estava a passar, *in loco*.

Notamos que havia algumas falhas técnicas, o chefe da obra até era um colaborador do Presidente da República, então, decidiu-se que o INAE, enquanto Instituto Nacional de Estrada, tivesse lá uma equipa técnica para fazer o acompanhamento das obras. Porquê? Para não se perder esta oferta. Estamos a falar de 35 milhões de dólares. Na altura, porque não estava inscrito no orçamento, a oposição, de que o ADI fazia parte, não aceitou que a estrada fosse construída. Tentou-se de tudo, inclusive, submeter a esta augusta Assembleia um orçamento rectificativo para legalizar, tentaram de todo jeito chumbar o orçamento rectificativo, declarações de várias origens e de todos os modos, o que levou o doador a suspender as obras, retirando de lá os técnicos, os equipamentos e os materiais.

Conclusão, São Tomé perdeu um donativo na ordem de 35 milhões de dólares. O governo caiu, surgiu um novo governo e a obra foi reiniciada, mas o Estado pagou, através de empréstimo com Portugal, cerca de 40 milhões de euros. Se estiver enganado quanto ao número, o Sr. Ministro das Finanças está cá, aliás foi Director do Orçamento na altura e sabe disso.

A minha inquietação é: o que é que mudou? Porque é que antes não se podia fazer nenhuma obra, enquanto não estivesse no orçamento e agora já se pode fazer?

Estou cá na Assembleia desde aquela altura, portanto que eu saiba não se mudou a legislação. Mas não estou contra. Como disse, sou daqueles que acham que se deve aproveitar as oportunidades. Se há a oportunidade de fazer, faz-se, depois se legaliza. Mas a minha inquietação é saber porque é que num dia é certo e no outro dia é errado.

Sobre isto, Sr. Ministro, se efectivamente a obra foi feita, já foi feita a entrega provisória, o valor que está cá inscrito não corresponde naturalmente à garantia de boa execução, são 10%, um valor substancial. O meu conselho é que se mude a designação ou se transfira esta verba para o Ministério das Finanças, e digo-lhe porquê. Nestas lides, quando tudo corre bem, o Governo é uno, todos por um, um por todos. Quando alguma coisa corre mal, o Governo torna-se díspar, cada um por si, "*cada nguê ca vija ubuê dê*", como diz a nossa língua materna. Porquê? O orçamento é um documento público, a entidade fiscalizadora também o tem. Estamos aqui hoje a discutir, mas também há outros órgãos que o tem. É apenas um conselho.

Outro conselho também é que se clarifique aquilo que são as tipologias. Construção é algo que não existe, vai-se construir. Reabilitação é reabilitar aquilo que está degradado, pelo menos para melhorar, e

requalificação é mudar de tipologia, ou aquilo não foi construído da melhor forma, estamos a mudar, estamos a requalificar, estamos a melhorar. E sobre isso, o meu pedido de esclarecimento é para saber se, quando se põe aqui requalificação, é mudança de tipologia, manter a tipologia ou melhorar a sua qualidade.

Também preciso de esclarecimento quanto a «Requalificação/Lote 2 Aeroporto/Praia Gambôa». O que é que significa lote 2, estrada ou água? Se for estrada, acho que se deve clarificar se é em betão betuminoso, se é mesmo tela asfáltica, porque o valor que está aqui é substancial, estamos a falar de cerca de 1.5 milhão de euros.

Outra questão que me preocupa e que eu gostaria que o Sr. Ministro também me esclarecesse é que, nas GOP vem, e bem, «Manutenção, limpeza e saneamento do meio», são duas coisas completamente diferentes. Manutenção, limpeza e saneamento do sistema de esgotos, estamos a falar de canais. Temos uma cidade que quando chove é uma calamidade, e não é de hoje e, se calhar, nem de ontem, mas estamos a falar de prioridades, esta é uma delas. O sistema de saneamento da nossa cidade capital está velhíssima e, na minha opinião, só limpeza e manutenção não vai ser suficiente. É preciso fazer um trabalho de fundo, e aquilo que está no orçamento, se calhar, é apenas para os primeiros itens, manutenção e limpeza. São 4 mil milhões de dobras. Porque se estivermos a falar de saneamento, esse valor fica muito aquém daquilo que se pretende.

Outra questão que eu gostaria também de pedir um pequeno esclarecimento, não percebi o que quer dizer «central chave na mão com três motores de ABC 750 rpm 2,5 MVA 0,4 KV». Essa expressão «chave na mão» é referente a uma obra que o Estado concebe através de um donativo, um financiamento por empréstimo ou o governo português – já que o país de financiamento é Portugal – irá construir e depois fazer a sua gestão, BTO, digamos assim? É só para me esclarecer, porque no orçamento da EMAE não consta essa designação e EMAE é até então a única operadora e gestora do sistema energético do País.

Portanto, são estas preocupações que gostaria de ver esclarecidas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas, para esclarecer às preocupações do Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, tomei boa nota das sugestões e dos conselhos que o Sr. Deputado deixou. Portanto, as experiências partilham-se, não se aprende nas escolas e se alguém as tem e pode disponibilizá-las, são aceites.

Apenas algumas considerações, visto que a primeira parte da intervenção do Sr. Deputado foi, de facto para nos situar e aconselhar.

Quanto à estrada de S. Fenícia/Folha Fede, a verba que está no orçamento não paga na totalidade a construção. Até este momento, o Estado tinha pago apenas 30% e conversamos com a empresa, porque havia necessidade e era melhor também para a empresa, tanto é que há muitos troços em curso e as outras empresas não fizeram. Essa empresa entendeu e achou por bem, porque quanto mais tempo a estrada continuasse como estava, trazia mais custos para ela. Para ela é benéfico e para nós muito mais, então decidiu-se avançar, na certeza de que o Estado iria assumir os seus compromissos de pagamento. Vai fazê-lo faseadamente, não o pode fazer de uma só vez, não temos condições, e mesmo que tivéssemos havia que olhar para os outros itens. Portanto, é apenas em jeito de complementaridade de informação.

O troço de Aeroporto/Praia Gambôa é uma reabilitação. É um troço que está em curso, vai-se fazer a reabilitação em betão betuminoso e temos também que continuar a acompanhar para que a sua execução seja boa.

Limpeza e saneamento do meio são de facto grandes preocupações, em todo o lado, sobretudo aqui no País, até porque vivemos nos centros urbanos, ainda usamos sistemas de metodologia muito antiquados. As nossas populações, as pessoas em geral, não fazem muito bom uso desses meios existentes e à sua disposição, basta ver à volta dos mercados a trabalheira que dá, tanto ao poder local como ao poder central, manter a limpeza. Portanto, há toda a necessidade de inverter esse tipo de coisas, passando também pela sensibilização.

Logo, quando nos referimos a limpeza e saneamento do meio, estamos a pensar em todo um pacote, todo um conjunto de coisas que têm que ser desenvolvidas para melhorar os sistemas, isto é, trabalhar no --sentido de estudar melhor para que se possa implementar os novos sistemas. Não vai dar tempo, não é uma actividade que será concluída este ano, é muito provável que nem sequer a Legislatura chegue para alterar o cenário todo, mas a verdade é que temos que encarar este problema e começar a olhar para ele. Se quisermos de facto inverter a situação, mesmo mês sim, mês não, teremos que abrir ruas, vedar ruas, para planear a situação, porque as nossas populações lidam muito mal com as sarjetas e com os sistemas de esgotos existentes. É neste sentido que vamos trabalhar. Gostaria de dizer aos Srs. Deputados que de tudo o que vai ser feito com a União Europeia, grande parte será canalizado para o saneamento e para água no meio rural.

Sobre a central «chave na mão» é a expressão utilizada para dizer que essa central compreenderá, digamos, a instalação e a colocação na rede dos três grupos geradores e aí o Governo fará a transferência para a EMAE. E ela é suportada pela linha de crédito assinada com Portugal. Portanto, não será a gestão do Governo português. A linha de crédito será disponibilizada a São Tomé, é um contrato que já estava em

curso, foi renegociado, mas já estava assinado, e esse contrato vai permitir que reforcemos e melhoremos a capacidade de produção da empresa EMAE. Então, uma vez os grupos instalados e colocados na rede, a sua transferência será feita para a EMAE.

Penso ter respondido, resumidamente, as preocupações do Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Ministro, preciso me situar. O Sr. Ministro falou de 30% para a estrada de S. Fenícia/Folha Fede. Esse montante é o que está inscrito ou é o que já foi pago e isso é uma parte?

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Já foram pagos 30%, é a parte seguinte.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É a parte seguinte, para concluir?

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Não, não conclui!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, é só para clarificar. Os 30% não foram pagos por este governo. Foram pagos já há uns 10 ou 12 anos. Então, a empresa tinha dado início a essa estrada, inscreveu-se sim, nos sucessivos orçamentos, mas não se realizou, e agora o Governo, em negociação com a empresa, a própria empresa decidiu que podia concluir e o Governo depois pagar a outra parte, colocando agora cerca de 60% do montante depois a outra parte.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Então esta parte corresponde a 60%?

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Cerca disso.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Os 30% já foram pagos, então vai ser 90%, ficando só 10%? Estou esclarecido, Sr. Ministro, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Bom dia Sr. Ministro das Finanças, que ainda não tinha cumprimentado, também gostaria de cumprimentar os Srs. Deputados que chegaram depois de mim.

Sr. Ministro, não tenho nenhuma pergunta, apenas gostaria de questionar os valores que foram alocados ao GIME «reabilitação de pistas rurais, 4 bilhões de dobras», e temos ainda GIME «manutenção corrente de estradas, 13 biliões», mas a minha preocupação prende-se com a fonte de financiamento. É que os dois financiamentos vêm da mesma fonte, Angola. Quer dizer que se falhar, estará estagnado. Não é possível trocar a fonte, pelo menos uma parte, para que 3374 seja uma fonte e 2923 seja outra? Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é que antigamente, nos orçamentos, vinha qualquer coisa para o fundo rodoviário, agora não vejo nada. Embora saibamos que não temos verdadeiramente compromissos com a União Europeia, neste momento, relativamente ao fundo rodoviário, mas conhecendo aquilo que o fundo rodoviário faz de vez em quando, tapando os furos. Não sei se não seria bom que houvesse qualquer coisa sempre aí reservado, de forma que quando houvesse algum estrangulamento o fundo pudesse, efectivamente, apoiar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, gostaria de pedir a colaboração do Sr. Ministro das Finanças, nestas questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública**: — Sr. Presidente, gostaria de informar que a fonte de Angola é a fonte mais segura que temos neste momento. Aliás, inclusive já temos a transferência, neste momento, no Tesouro de uma percentagem de mais de 60% do montante restante do acordo assinado com o anterior governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Bom, eu sei que havia uma certa percentagem de financiamento de Angola já à nossa disposição, mas não tinha a noção que era 60%. É que nos anos precedentes a parte de Angola não foi muito certa até um determinado momento, mas relativamente ainda a isto eu gostaria de chamar a atenção que o GIME briga com muitas famílias e com muitos problemas, daí se houver efectivamente segurança de que este valor assegura o GIME, tudo muito bem. Se não, gostaria que os Srs. Ministros das Finanças e das Obras Públicas vissem bem essa questão, porque basta falhar um bocadinho que a questão do GIME agita-se de tal forma que as pessoas sentem em todos os *funca-funcas (becos)*, permitam-me o termo, do nosso país. Isto briga com muitas famílias, muitas barrigas, e não só.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Deputado, é verdade, acho que é a razão pela qual foi afecto à fonte mais segura, pelo que disse o Sr. Ministro das Finanças.

Apenas gostaria de dizer-lhe que relativamente ao fundo rodoviário, embora não esteja aqui, sob a correcção do Sr. Ministro das Finanças, está em atraso. É preciso reconhecer, mas tem a injecção directa de receitas provenientes da ENCO e das entidades seguradoras. E nós, o que podemos fazer é trabalhar afincadamente no sentido, para que seja cumprido e o fundo possa de facto alimentar as nossas acções como parceiro que é e com quem temos estado a contar bastante, para executar as nossas pequenas, mas muito importantes tarefas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública**: — Só para justificar a não descrição de valores no orçamento para o fundo rodoviário. Adoptamos, através do classificador, uma modalidade de consignação directa das receitas de imposto sobre veículos ao fundo rodoviário. Doravante, o imposto sobre o veículo passa directamente para o fundo rodoviário. Portanto, é a modalidade que encontramos no classificador económico para fazer consignação directa, portanto, dessas receitas ao fundo rodoviário.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Sr. Ministro, esta questão que o Sr. Ministro levanta é uma questão já antiga. Esse valor sempre ia ao fundo rodoviário, através de Direcção das Finanças. Agora, o que gostaria é de pedir aos Srs. Ministros que vissem bem esta questão de Seguradora, porque parece-me que existe um fundo bastante avultado no Banco Central e é preciso que haja um despacho conjunto, um trabalho nesse sentido.

Creio que já se tentou isso várias vezes e era bom que os senhores estivessem em sintonia e que fizessem todo um esforço para que uma parte desse dinheiro fosse canalizado, efectivamente, para o fundo, de modo que o GIME, as estradas, os buracos e as pistas rurais, muitas já numa situação um bocado abalada, pudessem ter um fim agradável para todos.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública**:— É só para complementar aquilo que disse o Sr. Deputado. Essa modalidade já era praticada, mas reforçamos. Em vez de ser via Tesouro, é via directa. Como perceberam, houve um aumento das taxas do imposto sobre veículos em função das potências das viaturas. Quer dizer que vai haver um acréscimo em relação a isso.

Em relação às seguradoras, também já falamos sobre isso com o Ministro tutelar e logo que o orçamento estiver aprovado também vamos obrigar as seguradoras a fazerem as transferências.

Em relação à componente que está no Banco Central, que é o fundo de garantia, houve um expediente anteriormente, em 2014, de utilização desse fundo para outros fins, não foi utilizado, tenho a garantia disso, então conjuntamente com o Ministro vamos agora fazer expedientes, no sentido de transferir isso para o fundo rodoviário, para que consiga executar as suas tarefas, de acordo com aquilo que está estatuído.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho, para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI):— Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, Sras. Deputadas: Sr. Ministro, hoje comemora-se o Dia Internacional da Matemática. Embora não seja um bom aluno a Matemática, gostaria que o Sr. Ministro explicasse a situação da construção, reconstrução ou requalificação do tão famoso muro de contenção, na subida do Hospital.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**:— Se calhar torno-me repetitivo ao dizer que são preocupações, mas são, porque ninguém gostaria ou gostou de ver cair uma obra, sobretudo em que o Estado era dono. Portanto, isto não é o que interessa, o que interessa é resolver. E evitar cenários idênticos e desagradáveis para todos, instruímos os serviços para reavaliarem na totalidade todo o procedimento técnico para a eventual reconstrução do muro.

E essa reavaliação não está concluída, porque tomamos em conta os elementos anteriores e os elementos depois dos trágicos e consequentes danos que aconteceram. Então, é preciso evitar que os mesmos acontecimentos se repitam. Ninguém pode garantir que não aconteça, mas podemos evitar, e é o que estamos a fazer.

Espero bem que ainda este ano o muro tenha início e, se pudermos, concluir mesmo, mas com as condições técnicas que nos dêem muito mais garantias. É isso que estamos a fazer.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Deputados.

Outra vez, trago uma dúvida, antes da minha intervenção, para colocar três questões. Era só para perguntar ao Sr. Presidente se as casas sociais estão neste sector, porque trata-se de obras, no sector de Assuntos Sociais.

O Sr. **Presidente**:— É um pedido de esclarecimento pertinente.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Se calhar, com a ajuda do Sr. Ministro das Finanças, deverão estar nos Assuntos Sociais.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Então, aguardo a discussão dos Assuntos Sociais, para colocar esta questão.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública**:— Em relação às casas sociais, há dois níveis. Há aquelas que são de intervenções pontuais em relação a algumas catástrofes e outras que são situações de pessoas que perdem as suas casas, portanto, o Governo tem atenção a isso. Isso está nos Assuntos Sociais e há uma perspectiva de construção de casas sociais, já numa modalidade que não entra no orçamento. Portanto, trata-se de uma montagem através do sistema bancário, que vai permitir a construção de casas sociais com o Instituto de Habitação. Portanto, para isso já não há intervenção directa do Estado, através do financiamento inscrito no orçamento, mas sim através do sistema bancário.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Sr. Ministro, já agora, tenho que colocar a questão, porque vejo aqui uma verba de 4 biliões de dobras para a construção de casas sociais, que vai beneficiar os distritos de Mé-Zóchi e Caué, fundos da Nigéria, na rubrica 1010, página 2 de 6. Está no Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais. A minha primeira questão é porquê só estes dois distritos e, com esse valor, quantas casas serão construídas.

A segunda questão, porque já se deu início à reabilitação da orla marítima da Estrada Nacional n.º 1, Cidade Capital/Neves, e como não vejo aqui qualquer verba para a continuação do projecto, gostaria de saber se para este ano essa estrada está contemplada ou não.

A terceira questão é que existe também uma verba de 3 biliões de dobras de desassoreamento e limpeza do rio e faz referência ao Distrito de Lembá. Não sei se são todos os rios ou se há um rio de preferência.

A última questão refere-se a uma designação que está cá no orçamento, na página 10 de 12, «construção da ponte de Paga Fogo». Penso que não houve nenhuma construção e acho que devíamos mudar esta designação. Não se construiu a ponte, foi uma reabilitação. Insisto porque ontem tive uma intervenção na questão de fiscalização. Não sei se o Sr. Ministro tem informação que depois da reabilitação, com a nova cheia, a ponte voltou à mesma situação. E aqui está um valor de 1,5 bilhões, por isso insisto muito na questão de fiscalização. Não sou especialista nessa matéria, mas para aquilo que se fez na ponte de Paga Fogo, enfim, interrogo esse valor e insisto, Sr. Ministro, na questão de fiscalização. Não sei se se vai alocar mais verba, depois de ter gasto todo esse dinheiro na reabilitação daquela ponte. Na minha opinião, essa intervenção que foi feita lá não se gastou todo esse valor, mas perdoem-me se estou a exagerar, porque não sou especialista nessa matéria.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Relativamente à ponte de Paga Fogo, não foi feita a inauguração, não se recebeu a obra, tanto é que não está concluída. Portanto, é só para esclarecer que não foi feito qualquer pagamento, não foi feita a inauguração e a obra não está concluída, de facto. Agradeço o Sr. Deputado pelo facto de solicitar-nos mais atenção no domínio da fiscalização da obra.

Já agora, aproveito para informar aos Srs. Deputados que, na sequência do mau tempo recente, houve a queda quase total da ponte sobre o rio Cantador, onde no mesmo dia, de noite, deslocamo-nos ao local, tomámos conhecimento e diligências estão a ser feitas. Ainda no último Sábado estivemos lá a convite da empresa e esperamos ainda esta semana ter propostas para submeter ao Conselho de Ministros e fazer com que a ligação entre Santa Catarina e Lembá se faça com fluidez e normalidade, e assim evitar problemas.

Portanto, o desassoreamento vem na sequência disso. O desassoreamento é um procedimento que garante a longevidade das pontes, porque sabemos que sem isso e pelas razões climatéricas a que estamos sujeitos, cada vez mais intensas e cada vez menos controladas por homens, há sempre danos. A nossa intenção é proceder ao desassoreamento todos os anos e é assim que inscrevemos uma verba para fazer o desassoreamento dos rios do Distrito de Lembá. Começaremos pelos que estão mais a Oeste e, conforme as disponibilidades, iremos descer. Penso que todos ainda se lembram que, em 2011, fez-se o último desassoreamento e é preciso retomar esse trabalho. Se procedermos com regularidade ao desassoreamento, não será necessário o mesmo montante elevado todos os anos. Para esclarecer, quero dizer que embora não esteja especificado aqui quais são os rios, vamos utilizar a verba para proceder ao desassoreamento de maior número possível, de acordo com as propostas que tivermos quando procedermos à licitação pública para o efeito.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Eu fiz uma proposta, não sei se se mantém a mesma designação no orçamento, construção, ou se muda para reabilitação. Porque aqui está construção da ponte Paga Fogo. É um aspecto.

O Sr. Ministro também não me respondeu à questão das casas sociais.

Desculpe-me, Sr. Ministro, se faço referência à construção da ponte Paga Fogo é com conhecimento de causa, porque onde vivo dista daquela ponte poucos quilómetros.

É que se ouviu bem a intervenção da abertura desta sessão legislativa, o Sr. Deputado Levy Nazaré, no balanço que fez das acções do Governo, referiu-se à construção da ponte Paga Fogo. Por isso, é preciso clarificarmos isso, porque não se tratou de uma construção. É apenas este reparo, porque está no orçamento construção da ponte Paga Fogo, com verba de 1,5 bilhões de dobras.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, no que se refere à questão das casas sociais, o Sr. Ministro das Finanças já explicou.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — De facto, quando agradeci o Sr. Deputado pelo alerta, relativamente à fiscalização, esqueci-me de dizer que a referência foi tomada em conta, pelo facto de ser mesmo reabilitação e não construção. São pormenores que nos escapam, agradeço-lhe.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, para uma intervenção.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, queria apenas um esclarecimento. Sabendo que o seu Ministério tutela as Obras Públicas, pude analisar o OGE e as GOP, no que se refere a projectos. Sabendo que o Distrito de Caué é um distrito onde há carência de infra-estruturas, não vejo pelo menos uma infra-estrutura, no orçamento de 2015. Gostaria de contar com a boa vontade do Governo, porque há algumas obras que foram iniciadas e não foram concluídas. Então, gostaria de saber se, ao nível do seu Ministério, Caué pode contar com a vossa boa vontade.

O Sr. **Presidente**:— Aproveitando a questão da Sra. Deputada Beatriz Azevedo, no que se refere à questão de inscrição de obras para o distrito de Caué. Se não estou em erro, há semanas vi o Sr. Ministro a lançar a primeira pedra para a vedação da orla costeira, na zona de Malanza, mas realmente isso não está inscrito no orçamento.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — As obras de requalificação em Malanza estão no programa de adaptação às alterações climáticas, financiadas pelo Banco Mundial, já em

curso e que abrangeram Santa Catarina, Ribeira Afonso e praia das Burras, da ilha do Príncipe. Portanto, uma sequência. A razão de não estar aqui, se calhar, prende-se com essas razões que o Sr. Ministro das Finanças explicou.

Relativamente à questão da Sra. Deputada, Caué também é parte do País. É claro que faz parte das preocupações, se não há, em concreto, benefícios directos aqui espelhados no nosso orçamento, pode ser que a nível da Câmara haja, mas esta acção que referiu o Sr. Presidente é uma delas. Não está aqui, mas está a ser feita.

Posso também dizer que na extensão das linhas eléctricas de média e alta tensão, a pretensão do Governo é levar energia até Ribeira Peixe. Portanto, abrange o Distrito de Caué.

Também quero tranquilizar a Sra. Deputada que sempre que houver a possibilidade de intervir directamente, o faremos, sem de facto estar a pensar que Caué ficou. Não ficou, mas a intenção é melhorar as condições em todo o País.

Agradecemos também o alerta que fez, para olharmos um bocado mais para o distrito.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Mohamed da Glória.

O Sr. **Mohamed da Glória** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, vivo em Lembá e o senhor sabe muito bem que temos dificuldade de estrada que liga a cidade capital a Santa Catarina. E não vi no orçamento nada inscrito sobre isso.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, a obra já iniciou?

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — A Sr. Deputada de Caué está a ver que estou a ser preso por ter cão e por não ter.

Risos do Sr. Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

Bom, de facto o País é um só e os recursos não permitem fazer tudo, mas essa estrada, até porque é a Nacional n.º 1, preocupa toda a gente, nós também estamos preocupados. Há uns anos, eu tinha dito que sem a protecção costeira não poderíamos pensar num piso adequado e melhorado. Hoje a protecção costeira está quase concluída, digo quase, porque ainda não está acabada. Neste momento, continuamos as negociações com a União Europeia, com um fundo remanescente a nível regional, para concluir a protecção costeira.

Há bocado, tinha respondido ao Sr. Presidente relativamente a água. Muitas vezes, realizam-se os projectos em fases de estudo, eles são adjudicados e no local dá-se conta de muitas imperfeições e muitas coisas que se tem que acrescentar. Essa obra, depois de chegada ao ponto que chegou, deu-se conta que havia mais trabalho de protecção a ser feito e é nesta fase que nos encontramos com a União Europeia, antes de passarmos para o piso. O piso terá que ser estudado e se terá que procurar recursos, porque o Estado por si só não terá recursos para refazer todo o piso da EN1.

Portanto é tudo quanto posso dizer relativamente à EN1.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, entramos agora no que se refere à questão dos mercados. Conhecemos o estado de degradação avançada em que se encontra o mercado de Côco-Côco, não favorecendo condições de segurança nenhumas para aqueles que lá vendem. É preciso entrar lá para ver a degradação com que se depara o mercado. No entanto, está inscrito e ainda bem. Por isso, queremos saber quando vão iniciar as obras. Porque vejo neste orçamento também a construção de dois mercados em São Tomé, gostaria de saber se já há um estudo e aonde irão ser localizados esses dois mercados.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Relativamente ao mercado de Côco-Côco, trata-se de um assunto já adjudicado e que envolve mais o poder local. Embora a verba esteja aqui, porque é uma verba que vem também da linha de crédito com Portugal, há ainda alguns procedimentos administrativos em curso. Portanto, ela não está totalmente disponibilizada para que se possa fazer, mas é algo que assim que se resolver a obra será iniciada, porque o mercado de Côco-Côco está adjudicado, está tratado.

O local dos dois novos mercados ainda não está definido, mas estamos a trabalhar no assunto. E também é na sequência da mesma linha de créditos que serão construídos os dois novos mercados.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Sr. Presidente, Srs. Ministros, muito bom dia. As minhas saudações também aos meus colegas Deputados.

Em primeiro lugar, Sr. Ministro, gostaria de demonstrar a minha congratulação e da população da Região Autónoma do Príncipe, relativamente a algumas acções que estão inscritas nas GOP, em matéria das obras

de médias dimensões, como a questão da realização de estudo para o desenvolvimento de um porto marítimo na Região Autónoma do Príncipe.

Neste momento, quase na fase final da pista, através de um investimento privado, julgo que o Estado deve, mais do que nunca, zelar pela construção, de forma que a população do Príncipe e, em geral, todos os são-tomenses, possam sentir, porque há intercâmbios entre as duas populações e também com a população de estrangeiros que vivem no nosso país.

Julgo que o porto é um projecto que trará, de certeza, uma grande movimentação económica para a Região Autónoma do Príncipe.

Portanto, o Sr. Ministro e o seu Governo estão de parabéns nesse sentido, e a população do Príncipe agradece.

Outra situação que eu gostaria de chamar a atenção do Sr. Ministro é que o Governo central deve chamar a si mais responsabilidade em matéria de algumas infra-estruturas que se possa construir ou reabilitar na Região Autónoma do Príncipe. Falo concretamente de um espaço onde a população possa, de vez em quando, assistir confortavelmente a um teatro, ou cinema, ou mesmo que possa albergar seiscentas ou mais pessoas, porque não temos uma infra-estrutura desse tipo na Região Autónoma do Príncipe. Daí que entendemos que por vezes o governo regional, com os parcos recursos, não dá a devida atenção a certas obras de grande envergadura. Por isso, queria pedir a indulgência do Sr. Ministro no sentido de reflectir sobre essa situação, de forma que a população do Príncipe tenha um espaço com alguma dignidade.

Sabe-se que a Região Autónoma é uma região chuvosa e há dificuldades quando há eventos de alguma envergadura, para que as pessoas possam estar confortavelmente a assistir, dando a sua contribuição em certos trabalhos que têm a ver também com a sociedade. Nesta ordem de ideia, gostaria de lançar um desafio que, na minha opinião, é um exercício que possa vir a dar frutos.

Sr. Ministro, temos uma infra-estrutura na Região Autónoma do Príncipe que se chama “Casa do Sporting”, um edifício que outrora já nos serviu a todos, tanto a população do Príncipe como a população de São Tomé, quando ia ao Príncipe. Serviu-nos a todos para eventos de alguma envergadura. Esse edifício hoje, todos sabemos, é considerado o edifício dos sportinguistas. Daí que queria lançar um desafio, de forma que o Governo central chamasse a si essa responsabilidade. Na minha opinião, esse edifício vai ser mais um na lista dos inúmeros edifícios em ruínas no nosso país. Esse edifício está a cair. Trata-se de um edifício privado sim, mas o Estado tem a autoridade para chamar o proprietário e negociar, de forma a encontrar uma forma de ainda salvar o Sporting do Príncipe.

Não sou do Sporting, sou benfiquista, mas o edifício que é do Sporting serve-nos a todos os são-tomenses, independentemente de residirem lá ou aqui, porque de qualquer forma os são-tomenses que residem em São Tomé vão ao Príncipe em eventos. Por exemplo, ultimamente houve uma festa lá e muita gente que reside em São Tomé foi assistir. Daí que o edifício está em ruínas e isso dói-me bastante, porque ainda me recordo da minha falecida mãe ter-me dito que ela também ajudou a construir aquele edifício, apanhando pedras no rio e ajudando a cozinhar para os homens da construção. Segundo a história, aquele edifício foi edificado pelos residentes no Príncipe. Sinto pena quando vejo edifícios, a nossa relíquia, como o edifício da ex-empresa Porto Real e o hospital da Sundy em ruínas. Sabemos que se pode ver ainda a estrutura, há outros tantos que já nem se vê. Em todas a roças do nosso país, não só no Príncipe, há edifícios. Eu sei que é uma política do Governo reabilitar os edifícios das zonas rurais, mas eu queria que houvesse uma atenção urgente nesse aspecto.

Julgo que é possível estar de um lado o Governo e do outro os privados, de forma que se possa encontrar entendimento e que seja o Estado a chamar a si essa responsabilidade, porque a população do Príncipe precisa ter um espaço à-vontade, onde possa assistir o teatro. Fala-se da educação e, na minha opinião, o teatro faz parte da educação; fala-se muito no desenvolvimento do turismo, hoje em dia há sempre visitas de turistas no Príncipe e se houver uma actividade no Príncipe não há um sítio onde se possa albergar as pessoas, onde possam sentir-se confortáveis.

Sr. Ministro, estou deveras preocupado com esse edifício, por isso peço que, ainda que não seja para reabilitar este ano, se possa fazer alguma coisa, ao menos ver a cobertura, porque entra aguaceiros que estão a destruir todo o edifício.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Director do Orçamento, associe-se a esta causa, o senhor é do Príncipe.

Sr. Ministro, é uma preocupação, não está neste orçamento, mas poderá ser agendado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Salvador Afonso, para uma intervenção.

O Sr. **Salvador Afonso** (ADI):— Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caras e Caros Colegas Deputados: Em jeito de associar-me às outras vozes que me antecederam, primeiramente quero felicitar e encorajar o Sr. Ministro nesta grande e dura tarefa que tem, porque este Ministério que o senhor tutela, realmente, com vista ao desenvolvimento do País, é muito vasto. Gostaria de dar os parabéns ao Sr. Ministro e ao seu elenco porque, efectivamente, é preciso muita coragem.

Sr. Ministro, falou-se aqui de fiscalização e eu acho isso muito importante nessas pretensões de obras que aqui estão figuradas. No aspecto de requalificação da estrada de Aeroporto/Praia Gamboa, é preciso

fiscalização, sim senhor. Sabemos que não é só porque o País é muito chuvoso, é que também há zonas pantanosas e por vezes há muito esquecimento em cumprir com realidade aquilo que está inscrito.

Preocupa-me também esse muro de protecção na subida do Hospital, aqui já foi falado pelos outros. É importante frisar, Sr. Ministro, porque sabemos que outrora foi uma obra polémica e aqui ela volta. Quando ouvimos o ex-Director das Obras Públicas falar, até citou uma grande verba que estava inscrita para essa construção e sabemos que foi alocada ao construtor. Agora está outra verba e vai-se retomar a obra. Por isso pergunto ao Sr. Ministro, como é que fica essa situação?

Também gostaria de lembrá-lo, Sr. Ministro, obviamente que também sou são-tomense e preocupo-me com os problemas do País, mas também com a zona de que faço parte. Estou propriamente a falar da nossa cidade capital, que precisa de muita intervenção, nomeadamente Potó-Potó. A estrada de Potó-Potó já estava no orçamento de 2012, parece-me 2013/14 também, mas infelizmente desta vez não vejo nada no orçamento. Eu gostaria, mais uma vez, ainda que não fosse tão já, mas que pensem nesse troço, que é pequeno, mas muito importante para os que lá habitam.

Aquela zona também tem um problema muito complicado, acho que o Sr. Ministro sabe, de saneamento do meio. Há uma vala que parte de Água Marçal, essa vala foi construída, se calhar, desde 2006, mas com toda a evolução que hoje se verifica a vala está completamente obsoleta, não existe mais. E como não existe, Potó-Potó, Budo-Budo e arredores, Sr. Ministro, fica num estado, sinceramente, muito lamentável quando chove. Há dias vivemos uma situação que era preciso meter lá pirogas para as pessoas atravessarem a estrada. Também não está aqui contemplado, mas se for possível dar uma atenção e fazer algo de melhor, porque aquela construção de vala que na altura fizeram era simplesmente para minimizar a situação, mas não podemos continuar com situações de minimização, temos é que fazer algo que perdure, algo que se vê que se está a meter dinheiro e vale a pena.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Deputado, tomamos boa nota das suas preocupações e sugestões que correspondem também com as nossas, mas nunca é demais, como bem disse, repeti-las, sobretudo no que toca a atenção às fiscalizações, para que a qualidade das obras seja melhor. Trabalharemos nesse sentido, permitiremos trabalho, permitiremos acompanhamento, faremos o melhor de nós e contamos também com a colaboração de todos.

Quanto ao muro de protecção da estrada do Hospital, já tinha respondido a uma pergunta idêntica anteriormente. Portanto, é um assunto que está em curso, estamos a trabalhar e o que importa é encontrar solução e concluir um trabalho que nos traga solução, porque de problemas já chega. Temos é que resolver o problema e estamos a fazer tudo quanto está ao nosso alcance para encontrar a melhor solução técnica para esse problema.

Estrada de Potó-Potó, sim, de facto levanta um problema que é do nosso conhecimento, tanto é que há um conjunto de situações idênticas às de Potó-Potó, que já fazem parte de um pacote de levantamentos que temos concluído só que não foi possível inscrever neste orçamento, mas há um pacote de situações idênticas a estas que têm levantamento feito à espera que haja uma oportunidade para que se possa intervir. É o que posso dizer, não para o tranquilizar totalmente, mas para, pelo menos, deixá-lo informado do que serão as acções que podemos fazer.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Salvador.

O Sr. **Salvador Afonso** (ADI):— O Sr. Ministro esqueceu-se da minha última preocupação, sobre a vala para saneamento do meio. Água Marçal tem o seu esgoto até as bermas de Potó-Potó e Passadeira.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Deputado, pela forma como coloca a questão, tentaremos ver com o GIME que intervenção imediata se poderá fazer. Prometo também ver com os serviços uma forma de intervenção imediata para minimizar o problema.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, Cantagalo beneficia de três reabilitações de troços de estrada, S. Fenícia/Pinheira, Nova Olinda/Picão Flôr, parte traseira, e a estrada de Micondó. A estrada de Micondó aparece inscrita nos orçamentos de sucessivos governos, mas até então continua se degradando. Se não estou em erro, a inscrição da reabilitação dessa estrada foi ainda com o ex-presidente da Assembleia Nacional, Francisco Silva, que teve essa iniciativa, mas até então continua na mesma. A minha questão, Sr. Ministro, é se essas três estradas serão de terra batida ou de asfalto.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, eu peço desculpa. Referiu-se a três troços, Micondó, S. Fenícia/Pinheira e a outra escapou-me.

O Sr. **Presidente**:— Nova Olinda/Picão Flor.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, a tipologia das estradas será em calçada e Nova Olinda/Picão será mista, quer dizer, calçada e macadame. E tentaremos tudo para que desta vez se possa realmente fazer. Eu sei que são projectos, alguns deles que já vêm de há muito tempo, mas vamos tentar ver se de facto se poderá executar.

O Sr. **Presidente**:— Quanto à estrada de Pinheira? Porque é uma acção já avançada pela anterior gestão camarária, havia acordos, pagamentos, mas por dificuldades de desbloqueamento de verba essa estrada parou. Não sei em que quadro está inscrita agora, se é mesmo ligação desde S. Fenícia a todo troço de Pinheira. A dificuldade que aquela obra encontrou foi devido a questão da ponte. Verificou-se que teria que se fazer algum ajuste quanto à ponte. Eu não sei que enquadramento terá nessa inscrição.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Estivemos lá no quadro das visitas e a estrada será feita em calçada, portanto, retomada do ponto onde se deixou. Quando os GIME fizeram, ficou um troço mais difícil, mas a estrada será retomada com a ponte também. Portanto, tenho informação dos serviços de que vai ser retomada com a ponte, e em calçada.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Mendonça, para uma intervenção.

O Sr. **Ivo Mendonça** (ADI):— Sr. Presidente, Srs. Ministros, bom dia.

A minha intervenção vem no âmbito da qualidade da obra da estrada que liga Madre Deus a Monte Café. A empresa já tinha começado o pavimento de Monte Café. Não sei se era experiência ou mesmo trabalho, mas esse pavimento já está todo danificado. Se em pouco tempo o pavimento já está assim, dá a entender que depois da entrega da obra durará pouco tempo.

Eu gostaria que o Sr. Ministro, se não tem conhecimento, passasse de lá para ver o estado em que está o pavimento.

Relativamente à estrada de Riba Mato a Sr. Paquete. Não sei se está inscrita, não vejo no orçamento e por isso estou a perguntar o Sr. Ministro. A população solicita-me isso sempre e gostaria de ter uma resposta para as pessoas dessa zona.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, o Sr. Deputado levanta a questão de uma estrada que não está inscrita e a outra questão tem a ver com a estrada de Madre Deus.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — A estrada não está inscrita, portanto não consta deste orçamento, como muitas outras que não puderam estar aqui. E é preciso que se possa explicar isso também às pessoas quando solicitam. Não está contemplado, porque não foi possível. Há outras que se calhar tiveram mais razões para estar inscritas.

A Estrada Nacional nº3 está parada, é uma obra que por razões que já conhecemos, ou que deduzimos, está interrompida há algum tempo. É de todo o interesse, com a aprovação deste orçamento, retomarmos essa estrada na sua totalidade, não apenas um troço.

Agradeço também as chamadas de atenção quanto aos pontos concretos a que o Sr. Deputado se referiu, que é do nosso conhecimento também.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, com a sua indulgência, a Sra. Deputada Maria das Neves, antes de abandonar a sala, tinha colocado uma questão sobre a estrada do cemitério de Madalena. Teve que se ausentar para participar numa reunião. Gostaria que respondesse a essa questão, se faz favor.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Com certeza, Sr. Presidente.

É um troço que não está inscrito, mas ao explicar tínhamos dito que, pela extensão da mesma, é possível que, no quadro da execução dos trabalhos que teremos pela frente, sim. Com os GIME, pode ser que se possa intervir. Eu não estou a garantir, mas estou a dizer que, de acordo com os nossos trabalhos e a capacidade de execução, pode ser que com o GIME possamos intervir nesse troço.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, fechamos o capítulo que se refere ao seu Ministério.

Obrigado pela presença e participação.

Seu orçamento está intacto, não se alterou nada.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, agradeço toda a colaboração que nos prestaram, as sugestões e os comentários. Isso ajuda-nos a crescer e o nosso crescimento tem que ser feito em conjunto, pelo que mais uma vez agradeço. Contarei sempre com a vossa colaboração e a colaboração de todos os elementos desta Casa, para que juntos possamos fazer mais e melhor e contribuirmos para o nosso país.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Sendo assim, está encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 30 minutos.